



As reformas curriculares no Brasil e a geografia ensinada - a lógica de 30 anos de currículo prescritivo contra o fortalecimento da educação popular

Ângela Massumi Katuta
angela.katuta@gmail.com
Universidade Federal do Paraná

No presente trabalho, abordamos as reformas curriculares neoliberais que ocorreram no Brasil entre os anos 1990 (Parâmetros Curriculares Nacionais/PCNs, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação no dia 03 de agosto de 1998 e homologado pelo ministro da educação em 03 de novembro de 1998) a 2017 (Base Nacional Curricular Comum/BNCC, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação no dia 15 de dezembro de 2017 e homologada pelo ministro da educação no dia 20 de dezembro de 2017), suas lógicas de fortalecimento e desdobramentos para o trabalho em sala de aula, tanto na formação de professores quanto na educação básica evidenciando o quanto esta política foi estratégica para a interdição da educação popular nas escolas, portanto, de projetos emancipatórios. Assim, este trabalho foi dividido nos seguintes itens: 30 anos de lógica mercantil e financeira das reformas curriculares no Brasil (1998-2018): o mais do mesmo; Movimentos de transformação curriculares desde o campo popular: o que apontavam?; A necessária reinvenção das escolas desde os de baixo: o Brasil já tem currículos – por ontologias e epistemologias relacionais.

No primeiro item do trabalho, abordamos a lógica mercantil e financeira das reformas curriculares efetivadas entre os anos 1998 a 2018 demonstrando a intensificação de tais processos e também problematizamos que ambos os currículos são prescritivos e possuem, do ponto de vista ontológico e epistemológico, as mesmas proposições. Assim, não houve mudança substancial nos currículos pois não romperam com o que historicamente foi tecido desde as classes sociais hegemônicas, produzindo-se o mais do mesmo.

Em seguida, problematizamos a emergência de propostas curriculares desde o campo popular, demonstrando que muitas apontavam para mudanças de referenciais teórico metodológicos, proposições e temáticas voltadas à educação emancipatória, construída desde e com as bases, expressão do momento de abertura política do país que acabaram sendo inviabilizadas e/ou esvaziadas em função das políticas de imposição curricular nos anos 1990 dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e, atualmente, da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Finalizamos o trabalho fortalecendo a tese da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) que afirma que o Brasil já tem currículos. Estes, elaborados desde os de baixo tem sido interditados, sabotados ou ocultados em favor de um currículo elaborado desde a perspectiva tecnocrática, viabilizando a intensificação dos processos de mercantilização e financeirização da educação brasileira.

Concluimos o trabalho reafirmando a necessidade da assunção de ontologias e epistemologias relacionais nos currículos do país em função da diversidade e pluralidade que lhe é inerente. Somado a isso, entendemos que a produção do currículo deve ser coletivamente pensada na medida em que tal ato político também se constitui como processo formativo de coletivos voltados à educação emancipatória.